

Relatório da Administração

Apresentação: A Diretoria do Citibank N.A. - Filial Brasileira ("Entidade"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos acionistas as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: O Citibank N.A. - Filial Brasileira apresentou um lucro líquido de R\$ 285.718 (2016 - R\$ 367.967) que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 10,60% (2016 - 14,83%). Em 31 de dezembro de 2017, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 15,94% (2016 - R\$ 16,58%).

Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No exercício de 2017 a Entidade distribuiu R\$ 67.858 para pagamento de dividendos, que foram pagos

em fevereiro de 2018. (2016 - R\$ 150.000 distribuído a título de juros sobre o capital próprio. O pagamento ocorreu em julho de 2017).

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é formado por até cinco representantes da diretoria e tem como principais atribuições as seguintes atividades: (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Prudencial Citi no Brasil, incluindo notas explicativas e relatório da auditoria externa; (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas e; (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações contábeis do exercício

em 26 de fevereiro de 2018.

Em 08 de outubro de 2016, o Banco Citibank S.A. (Banco), empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank, e o grupo Itaú Unibanco celebraram contrato de compra e venda das operações de *Consumer Bank* no Brasil, onde o grupo Itaú Unibanco se tornou o sucessor dos negócios de varejo do Banco no Brasil. Como parte deste acordo, o Citibank N.A. vendeu parte de sua participação societária na TECBAN - Tecnologia Bancária S.A. (3,22%). A transação foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica em agosto de 2017 e pelo Banco Central do Brasil em outubro de 2017. A operação de venda do *Consumer Bank* foi concluída no segundo semestre de 2017.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018. **Marcelo Marangon - Representante Legal**

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2017	2016
Circulante		5.336.955	4.717.951
Disponibilidades	4	1.371	1.142
Aplicações interfinanceiras de liquidez		3.098.700	3.274.526
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	3.084.873	3.261.324
Aplicações em moedas estrangeiras		13.827	13.202
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		851.965	79.453
Carteira própria	6	145.275	-
Instrumentos financeiros derivativos	7	54.863	79.453
Vinculados a prestação de garantias	6	651.827	-
Relações interfinanceiras		1.252.924	1.237.710
Correspondentes no País	25.b	1.252.924	1.237.710
Operações de crédito		8	8
Operações de crédito - Setor privado		70.350	50.395
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(22)	(21)
Outros créditos		61.378	74.459
Rendas a receber		9.223	40.062
Crédito tributário	9	51.536	34.125
Diversos	10	619	1.537
Outros valores e bens		267	266
Despesas antecipadas		267	266
Não circulante		413.153	1.160.506
Realizável a longo prazo		383.917	1.130.311
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		7.046	776.676
Instrumentos financeiros derivativos	7	7.046	3.978
Vinculados a prestação de garantias	6	-	772.698
Outros créditos		376.871	353.635
Crédito tributário	9	78.817	69.637
Diversos	10	298.054	283.998
Permanente		29.236	29.195
Investimentos		11	619
Outros investimentos		619	1.537
Imobilizado de uso		12	28.617
Imóveis de uso		66.196	66.196
Gastos de organização e expansão		52.427	52.427
Outras imobilizações de uso		14.768	14.768
(Depreciações acumuladas)		(104.774)	(104.733)
Intangível		13	4
Ativos intangíveis		4.472	4
(Amortizações acumuladas)		(4.472)	(4)
Total do ativo		5.750.108	5.878.457

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	Nota	2017	2016
Circulante		2.998.840	3.353.191
Relações interdependências		382	56
Recursos em trânsito de terceiros		382	56
Obrigações por repasses do exterior		1.561.727	1.675.194
Repasses do exterior	14	1.561.727	1.675.194
Instrumentos financeiros derivativos		7	4.244
Instrumentos financeiros derivativos	7	4.244	179.222
Outras obrigações		1.432.487	1.498.719
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		53	40
Socias e estatutárias		67.858	127.500
Fiscais e previdenciárias	15	69.318	71.778
Diversas	16	1.295.258	1.299.401
Não circulante		54.687	43.579
Instrumentos financeiros derivativos		7	2.919
Instrumentos financeiros derivativos	7	2.919	-
Outras obrigações		50.892	42.960
Diversas	16	50.892	42.960
Resultados de exercícios futuros		876	619
Resultados de exercícios futuros		876	619
Patrimônio líquido		2.696.581	2.481.687
Capital social		258.549	1.258.549
Reserva de lucros		1.441.037	1.223.177
Ajustes de avaliação patrimonial		(3.005)	(39)
Total do passivo		5.750.108	5.878.457

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Reservas especiais de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.258.549	104.750	900.460	-	(3.166)	-	2.260.593
Ajustes de avaliação patrimonial - Líquido de impostos	-	-	-	-	807	-	807
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados	-	-	-	-	2.320	-	2.320
Lucro líquido	-	-	-	-	-	367.967	367.967
Destinações:							
Reservas	-	18.398	199.569	-	-	(217.967)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(150.000)	(150.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.258.549	123.148	1.100.029	-	(39)	-	2.481.687
Ajustes de avaliação patrimonial - Líquido de impostos	-	-	-	-	(832)	-	(832)
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados	-	-	-	-	(2.134)	-	(2.134)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	285.718	285.718
Destinações:							
Reservas	-	14.285	21.087	182.488	-	(217.860)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(67.858)	(67.858)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.258.549	137.433	1.121.116	182.488	(3.005)	-	2.696.581
Saldos em 30 de junho de 2017	1.258.549	129.169	1.100.029	-	(523)	114.398	2.601.622
Ajustes de avaliação patrimonial - Líquido de impostos	-	-	-	-	(10)	-	(10)
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados	-	-	-	-	(2.472)	-	(2.472)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	165.299	165.299
Destinações:							
Reservas	-	8.264	21.087	182.488	-	(211.839)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(67.858)	(67.858)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.258.549	137.433	1.121.116	182.488	(3.005)	-	2.696.581

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre 2017	2017	Exercícios 2016
Receitas da intermediação financeira		114.109	287.424	91.328
Operações de crédito	8.g	2.727	3.058	(2.924)
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		154.489	377.460	526.889
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e	(43.085)	(93.249)	(429.949)
Resultado de operações de câmbio		(22)	155	(2.688)
Despesa da intermediação financeira		(18.443)	(39.362)	319.985
Operações de captação no mercado		-	-	(1)
Operações de empréstimos e repasses		(18.426)	(39.361)	320.007
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.f	95.666	(17)	(1)
Resultado bruto da intermediação financeira		95.666	248.062	411.313
Outras receitas(despesas) operacionais		36.172	80.685	86.306
Receitas de prestação de serviços	19	51.928	115.964	114.783
Despesas de pessoal		(183)	(2.728)	(6.032)
Outras despesas administrativas	20	(8.480)	(20.441)	(26.088)
Despesas tributárias		(10.533)	(23.691)	(29.854)
Outras receitas operacionais	21	9.921	23.505	46.906
Outras despesas operacionais	21	(6.483)	(11.944)	(13.009)
Resultado operacional		131.827	382.747	497.619
Resultado não operacional		25.f	27.750	43.952
Resultado antes da tributação sobre o lucro		159.588	372.699	508.494
Provisão para imposto de renda e contribuição social		22	5.711	(140.527)
Provisão para imposto de renda		(28.747)	(61.972)	(61.445)
Provisão para contribuição social		(23.007)	(49.597)	(49.176)
Ativo fiscal diferido		57.465	24.588	(29.906)
Lucro líquido		165.299	285.718	367.967

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre 2017	2017	Exercícios 2016
Atividades operacionais		165.299	285.718	367.967
Lucro líquido		165.299	285.718	367.967
Ajustes ao lucro líquido		(67.445)	(34.446)	21.462
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.f	17	1	21
Provisão para contingência	17.b	1.580	1.683	(8.541)
Amortização e depreciação	20	5	40	76
Lucro na alienação de investimentos	25.f	(11.582)	(11.582)	-
Imposto diferido	22	(57.465)	(24.588)	29.906
Variáveis em ativos e passivos		(550.460)	819.350	(2.258.028)
(Aumento)redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(938.671)	1.131.219	(1.513.629)
(Aumento)redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		402.504	(174.941)	(268.094)
(Aumento)redução em relações interfinanceiras		(256.824)	(15.214)	294.123
(Aumento)redução em operações de crédito		(54.253)	(19.956)	(11.865)
(Aumento)redução em outros créditos		(3.026)	14.433	(29.953)
(Aumento)redução em outros valores e bens		1.537	(1)	385
Aumento em operações interdependências		286	326	-
Aumento(redução) em obrigações por empréstimos e repasses		6.910	(113.467)	(519.714)
Aumento(redução) em outras obrigações		290.342	(3.306)	(210.050)
Aumento em resultado de exercícios futuros		735	257	469
Caixa líquido (aplicado)/originado em atividades operacionais		(452.606)	1.070.622	(1.868.599)
Atividades de investimento		12.500	12.500	24
Alienações de investimentos		12.500	12.500	24
Caixa líquido originado em atividades de investimentos		12.500	12.500	24
Atividades de financiamento		(127.500)	(127.500)	-
Juros sobre capital próprio		(127.500)	(127.500)	-
Caixa líquido (aplicado) em atividades de financiamento		(127.500)	(127.500)	-
(Redução)aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		(567.606)	955.622	(1.868.575)
Modificações na posição financeira		1.668.629	145.401	2.013.976
Início do período		1.101.023	1.101.023	145.401
Fim do período		5.671.629	2.146.645	1.282.426
(Redução)aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		1.668.629	955.622	(1.868.575)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

1 | Contexto operacional

O Citibank, N.A. - Filial Brasileira ("Entidade") é parte integrante do Conglomerado Financeiro Citibank no Brasil e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiros e de capitais. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto.

A Entidade atua no Brasil e tem por objetivo social a prática de todas as operações permitidas aos bancos comerciais, inclusive as de câmbio. Em 08 de outubro de 2016, o Banco Citibank S.A. (Banco), empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank, e o grupo Itaú Unibanco celebraram contrato de compra e venda das operações de *Consumer Bank* no Brasil, onde o grupo Itaú Unibanco se tornou o sucessor dos negócios de varejo do Banco no Brasil. Como parte deste acordo, o Citibank N.A. vendeu parte de sua participação societária na TECBAN - Tecnologia Bancária S.A. (3,22%). A transação foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica em agosto de 2017 e pelo Banco Central do Brasil em outubro de 2017. A operação de venda do *Consumer Bank* foi concluída no segundo semestre de 2017.

2 | Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.495 de 1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e

Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

c) O quadro a seguir resume o valor referencial por prazo de vencimento, para os instrumentos financeiros derivativos.

	2017				2016			
	Vencimento		Total		Vencimento		Total	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
Negociação								
Derivativos cambiais								
Contratos de NDF	130.336	68.043	177.258	375.637	957.263	-	-	957.263
Contratos de swaps	1.474.000	-	55.889	1.529.889	2.004.045	-	-	2.004.045
Total	1.604.336	68.043	233.147	1.905.526	2.961.308	-	-	2.961.308

d) O quadro a seguir resume o valor referencial e as respectivas exposições líquidas no balanço patrimonial para os instrumentos financeiros derivativos por contraparte.

	2017				2016			
	Exposição no balanço patrimonial		Passivo		Exposição no balanço patrimonial		Passivo	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Contratos de NDF								
Pessoas jurídicas	375.637	4.666	5.224	(5.179)	(5.048)	-	-	-
Contratos de swaps	1.529.889	58.656	56.685	(488)	(2.115)	-	-	-
Outras entidades ligadas	-	-	-	-	-	-	-	-
- Exterior (nota 23)	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições financeiras - Oficiais	27.945	488	2.115	-	-	-	-	-
Pessoas jurídicas	1.474.000	58.168	54.570	-	-	-	-	-
Total	1.905.526	63.322	61.909	(5.667)	(7.163)	-	(7.163)	-

O valor referencial dos contratos de derivativos registrados na B3 S.A., Brasil, Bolsa, Balcão montam R\$ 905.526 (2016 - R\$ 2.951.308).

e) Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

	2º Semestre		Exercícios	
	2017	2016	2017	2016
Contratos				
Swap	(43.541)	(92.810)	(552.223)	-
NDF	456	(439)	122.274	-
Total	(43.085)	(93.249)	(429.949)	-

8 | Carteira de crédito

a) Composição da carteira de crédito por produto

	2017	2016
Operações de crédito	70.372	50.416
Financiamentos	70.372	50.416
Total de operações de crédito	70.372	50.416
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(22)	(21)
Total de operações de crédito	70.350	50.395

b) Composição da carteira de crédito por nível de risco e setor econômico

Nível de risco	2017			2016		
	Comércio	Indústria	Pessoas físicas	Total	Provisão	Total
AA	6.041	50.247	14.084	70.372	-	-
Total	6.041	50.247	14.084	70.372	-	-
Provisão adicional (1)	-	-	-	-	(22)	(22)
Total da provisão	-	-	-	-	(22)	(22)

Nível de risco	2017			2016		
	Comércio	Indústria	Pessoas físicas	Total	Provisão	Total
AA	9.846	24.568	16.002	50.416	-	-
Total	9.846	24.568	16.002	50.416	-	-
Provisão adicional (1)	-	-	-	-	(21)	(21)
Total da provisão	-	-	-	-	(21)	(21)

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco

Nível de risco	2017			2016		
	Curso normal	Total da carteira	%	Nível de provisão	Curso normal	Total da provisão
AA	70.372	70.372	100,00	-	-	-
Total	70.372	70.372	100,00	-	-	-
Provisão adicional (1)	-	-	-	-	-	(22)
Total da provisão	-	-	-	-	-	(22)

(1) No exercício de 2016, a Entidade passou a constituir provisão adicional ao mínimo requerido pelo Banco para os clientes Corporate, de acordo com os percentuais adotados em metodologia interna.

d) Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

	2017	2016
A vencer até 90 dias	2.080	-
De 91 a 360 dias	68.292	50.416
Total	70.372	50.416

e) Composição da carteira de crédito por concentração

	2017	2016
10 maiores devedores	51.277	37.485
20 seguintes maiores devedores	15.535	9.896
50 seguintes maiores devedores	3.560	3.035
Total	70.372	50.416

f) Movimentações à conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2º Semestre	Exercícios
	2017	2016
Saldo inicial	(5)	(21)
(Constituições)	(17)	(1)
Saldo final	(22)	(21)
Saldo total	(22)	(21)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1	133
Total	2.727	3.058

g) Composição do resultado de operações de crédito

	2º Semestre	Exercícios
	2017	2016
Financiamentos	2.726	(3.057)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1	52
Total	2.727	(2.924)

9 | Créditos tributários

a) Movimentação de crédito tributário de imposto de renda

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	5	-	5
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	-	14.038	-	14.038
Provisão para gratificação	-	7.453	-	7.453
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	676	-	676
Benefícios a empregados CPC 33	-	1.242	-	1.242
Prejuízo fiscal	48.972	-	(26.569)	22.403
Total	48.972	23.414	(26.569)	45.817
		Saldo em 31/12/2015	Realização	Saldo em 31/12/2016
Prejuízo fiscal	-	75.316	(26.344)	48.972
Total	-	75.316	(26.344)	48.972

b) Movimentação de crédito tributário de contribuição social

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	3	-	3
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	-	8.423	-	8.423
Provisão para gratificação	-	4.472	-	4.472
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	406	-	406
Benefícios a empregados CPC 33	-	745	-	745
Base negativa de contribuição social	54.790	58.209	(42.512)	70.487
Total	54.790	72.258	(42.512)	84.536
		Saldo em 31/12/2015	Realização	Saldo em 31/12/2016
Base negativa de contribuição social	-	69.101	1.495	54.790
Total	-	69.101	1.495	54.790

c) Realização de crédito tributário de imposto de renda

	1 ano	2 anos	3 anos
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	-	-
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	8.523	2.757	2.758
Provisão para gratificação	3.727	3.727	-
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	225	225	225
Benefícios a empregados CPC 33	621	621	-
Prejuízo fiscal	13.593	8.810	-
Total	26.694	16.140	2.983
	1 ano	2 anos	3 anos
Prejuízo fiscal	17.140	22.037	9.795
Total	17.140	22.037	9.795

d) Realização de crédito tributário de contribuição social

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3	-	-	-	-
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	5.114	1.655	1.655	-	-
Provisão para gratificação	2.236	2.235	-	-	-
Ajuste a valor de mercado, títulos, e valores mobiliários	135	135	135	-	-
Benefícios a empregados CPC 33	373	373	-	-	-
Base negativa de contribuição social	16.981	12.413	15.093	16.413	9.587
Total	24.842	16.811	16.883	16.413	9.587
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos
Base negativa de contribuição social	16.985	21.368	16.437	-	-
Total	16.985	21.368	16.437	-	-

O valor presente dos créditos tributários monta R\$ 109.057 (2016 - R\$ 82.770) descontados à taxa média de captação do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil.

De acordo com as práticas contábeis e as regulamentações do Conselho Monetário Nacional - CMN, descrita na nota 31, a administração da Entidade passou a constituir a totalidade dos créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2017. O procedimento adotado respeitou a projeção de lucratividade da entidade, bem como a expectativa de realização dos citados créditos tributários. O crédito tributário constituído neste exercício referente a exercícios anteriores monta em R\$ 82.771.

A lei tributária determina que o ajuste a valor de mercado dos derivativos sejam tributados somente na liquidação e por isso é constituído crédito tributário diferido. Nesta rubrica está informado o saldo total entre ativo e passivo diferido de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e sobre o ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos.

10 | Outros créditos - Diversos

	2017	2016
Devedores por depósitos em garantia	-	283.998
Impostos e contribuições a compensar	5	-
Adiantamentos e antecipações	117	63
Pagamentos a ressarcir	-	202
Diversos	497	-
Total	619	283.998

11 | Investimentos

Os investimentos são compostos, basicamente, por participação societária na Tecnologia Bancária S.A. - Tecban, no valor de R\$ 369 (2016 - R\$ 1.287) avaliado pelo custo de aquisição. Em 26 de dezembro de 2017, a Entidade vendeu parte de suas ações na Tecnologia Bancária S.A. para o Itaú Unibanco no montante de R\$ 918 pelo valor de R\$ 12.500 decorrente da venda do negócio de varejo.

12 | Imobilizado de uso

	2017		2016	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Terrenos	28.617	-	28.617	-
Edificações	37.579	(37.579)	-	-
Instalações, móveis e equipamentos de uso	1.380	(1.380)	-	-
Sistemas de processamento de dados	5.007	(5.007)	-	-
Sistemas de comunicação - Equipamentos	2.386	(2.386)	-	-
Sistemas de segurança	5.995	(5.995)	-	-
Instalação e adaptação de dependências	52.427	(52.427)	-	-
Total	133.391	(104.774)	28.617	28.617

	2017		2016	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Terrenos	28.617	-	28.617	-
Edificações	37.579	(37.579)	-	-
Instalações, móveis e equipamentos de uso	1.380	(1.380)	-	-
Sistemas de processamento de dados	5.007	(5.007)	-	-
Sistemas de comunicação - Equipamentos	2.386	(2.386)	-	-
Sistemas de segurança	5.995	(5.995)	-	-
Instalação e adaptação de dependências	52.397	(52.356)	41	-
Benefetórias em imóveis de terceiros	30	(30)	-	-
Total	133.391	(104.733)	28.658	28.658

13 | Intangível

	2017		2016	
	Custo	Amortização acumulada	Valor residual	Valor residual
Desenvolvimento de software	33.909	(4.472)	29.437	(4)
Total	33.909	(4.472)	29.437	(4)

14 | Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações referem-se a empréstimos obtidos para repasses a clientes locais. Essas obrigações estão sujeitas à variação cambial e a juros do mercado externo que variam de 1,41% a 1,52% ao ano (2016 - de 0,94% a 0,99% ao ano).

	2017		2016	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	Total
Repasses do exterior	53.872	836	54.708	50.095
Vinculados a repasses a mutuários	943.442	563.577	1.507.019	1.625.099
Total	997.314	564.413	1.561.727	1.675.194

15 | Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	2017		2016	

...Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

26.1. Gerenciamento de risco de capital

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil e da unidade única responsável pelo gerenciamento do capital das demais empresas do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, cumprindo suas responsabilidades de acordo com a Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional-CMN, estabelece a Política de Gerenciamento de Capital, cujas responsabilidades e procedimentos são baseados nas diretrizes de gerenciamento de capital instituídas pelo Citigroup globalmente.

A estrutura de gerenciamento de capital adotada pelo Conglomerado Prudencial Citibank Brasil baseia-se em três princípios, sendo eles: mensuração, monitoramento e planejamento de capital.

O gerenciamento de capital visa maximizar o retorno financeiro aos acionistas, atender aos requerimentos regulatórios de capital, regulamentações vigentes e políticas internas aplicáveis. Ademais, durante o processo de gerenciamento de capital também são consideradas as metas internas de adequação de capital, índices e limites de acionamento de contingência.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de capital consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional-Código de Conduta e Políticas-Relatório de Gerenciamento de Riscos.

26.2. Gerenciamento de risco operacional

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, instituiu em junho de 2007 a Política de Gerenciamento de Risco Operacional. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil mantém uma estrutura de Gestão de Risco Operacional com uma estrutura de Governança para sustentar suas atividades centrais de Gestão de Risco Operacional de antecipação, mitigação e recuperação. Para garantir a gestão efetiva de risco operacional por todo o Conglomerado, a Estrutura de Governança apresenta três linhas de defesa:

Primeira Linha de Defesa-Negócio: O negócio assume seus riscos, incluindo seu risco operacional e é responsável por sua gestão.

Segunda Linha de Defesa-Gestão de Risco Independente e Funções de Controle - Operacional Risk Management, Compliance, Risk, Finanças, Recursos Humanos e Jurídico: Constituem a segunda linha de defesa com o objetivo de aumentar a eficácia dos controles e garantir a gestão adequada dos riscos operacionais em todos os produtos, linhas de negócios e regiões.

Terceira Linha de Defesa: A Auditoria Interna recomenda melhorias nos processos e práticas de forma contínua e oferece avaliação e análise independente.

• O Superintendente de Riscos Operacionais é responsável por garantir o controle e a direção estratégica no processo de identificação de riscos operacionais significativos e controles mitigadores conforme o processo global de Auto-Avaliação de Risco e Controle, bem como

no cumprimento de todos os requisitos regulamentares aplicáveis. É também responsável por assegurar a comunicação ao *Chief Risk Officer* e ao Comitê de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, assim como, quando necessário, aos Auditores Independentes e órgãos reguladores, dos riscos operacionais significativos e emergentes, das medidas mitigadoras adotadas, e das possíveis deficiências de controle agregadas e significativas na organização como um todo.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco operacional consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional-Código de Conduta e Políticas-Relatório de Gerenciamento de Riscos.

26.3. Gerenciamento de risco de mercado

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma diretoria de risco de mercado, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Mercado Global do Citigroup.

A estrutura e as estratégias para o gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) avaliação de riscos nas carteiras de *banking*; v) apreçamento e marcação a mercado; e vi) novas transações, atividades e operações complexas.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco operacional consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional-Código de Conduta e Políticas-Relatório de Gerenciamento de Riscos.

26.4. Gerenciamento de risco de crédito

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil instituiu, em abril de 2010, a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco está em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 e faz parte do *Independent Risk Management* do Citigroup. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil segue manuais, políticas e procedimentos que regem risco de crédito em suas diferentes unidades de negócio. Cada unidade possui política de crédito a nível global, sendo complementada por guias e manuais desenvolvidos de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco operacional consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional-Código de Conduta e Políticas-Relatório de Gerenciamento de Riscos.

Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil ("Conglomerado") foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:

- avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado, incluindo notas explicativas e relatório dos auditores independentes;
- avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas;
- avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.

O Comitê reuniu-se formalmente por 10 vezes no período de 1º de janeiro de 2017 à 26 de fevereiro de 2018, onde desenvolveu as seguintes atividades:

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e à Diretoria da

Citibank N.A. - Filial Brasileira

São Paulo - SP



Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Citibank, N.A. - Filial Brasileira ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Citibank, N.A. - Filial Brasileira em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

- Reuniu-se, com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.
- Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetuou o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado segue metodologia de trabalho estabelecida pela Matriz, sendo emitidos relatórios formais de auditoria para todos os trabalhos finalizados.
- Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Risco Operacional, em conformidade com as Resoluções nº 2.554/98 e nº 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional - CMN, com o objetivo de avaliar e garantir o monitoramento e a efetividade dos sistemas e procedimentos de controles internos.
- Analisou em atendimento a Resolução nº 4.433/15, do Conselho Monetário Nacional - CMN:

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

26.5. Gerenciamento de risco de liquidez

Em cumprimento à Resolução, nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Liquidez Global do Citigroup. A política de risco de liquidez é única e, portanto, aplicável para todo o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, incluindo todas as suas subsidiárias, e estabelece uma padronização para definir, mensurar, limitar e reportar o risco de liquidez, garantindo consistência de bases e metodologias entre áreas e países e transparência nos relatórios de risco.

O plano de liquidez do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil é elaborado anualmente e aborda todas as questões estratégicas de liquidez requeridas pela Política de Risco de Liquidez, estabelecendo métricas, relatórios e limites, incluindo a segregação por moeda, risco *intraday* e o plano de contingência para situações extremas. Como parte do plano de liquidez, as premissas e simulações de cenários de stress são revisados e aprovados pela alta administração no Comitê de Ativos e Passivos-ALCO.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco operacional consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional-Código de Conduta e Políticas-Relatório de Gerenciamento de Riscos.

26.6. Gerenciamento de risco socioambiental

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, em linha com as Resoluções nº 4.327 de 25 de abril de 2014 e nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, estabelece política interna, procedimentos e governança, sob supervisão CRO, para gerenciamento de risco socioambiental.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de socioambiental consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional-Código de Conduta e Políticas-Responsabilidade Socioambiental.

26.7. Gerenciamento de riscos relevantes

O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui um processo para identificação dos riscos relevantes, sendo que, a partir das diretrizes do grupo e riscos avaliados no planejamento estratégico o banco define o conjunto corporativo de riscos relevantes.

A Diretoria

Alexandre Macedo Barbosa

CRC: 1SP191859/O-5

- os relatórios quantitativos e qualitativos sobre a atuação da área de Ouvidoria do Conglomerado referente ao segundo semestre de 2017; e
- o relatório do Diretor Responsável pela Ouvidoria e no que se refere à observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria.

Em sessão realizada em 26 de fevereiro de 2018, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento (i) do relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, (ii) dos assuntos de destaque do exercício, e (iii) de outros assuntos relacionados aos trabalhos da auditoria externa. Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório de atividades do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no período.

Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018.

Comitê de Auditoria

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia

Contadora CRC 1SP198502/O-8